

Da “cidade do agronegócio” à “cidade como negócio”: (re) inserindo o urbano no debate

Livia Maschio Fioravanti¹

Resumo: *Vários estudos a respeito da produção do espaço de cidades dinamizadas pela agricultura capitalista são realizados a partir do agrário. Este artigo pretende inverter a investigação geralmente empreendida nos estudos dessas cidades que despontam como grandes produtoras da agricultura capitalista do país. Partimos em nossa investigação do estudo dos processos que perpassam a cidade de Primavera do Leste, localizada a 240 quilômetros da capital mato-grossense. Implantada no contexto da expansão da fronteira do capital nas décadas de 1970 e 1980 rumo ao centro-oeste brasileiro, surge hoje no discurso como uma das principais “cidades do agronegócio” de Mato Grosso. A concentração de terra, de poder e de capital está nos alicerces de uma urbanização até hoje controlada por um pequeno grupo de detentores do poder econômico e político. A produção desta “cidade cativa” gera uma dificuldade ainda maior das pessoas de menor renda para o acesso à moradia e à propriedade, constituindo-se em um dos elementos que nos ajudam a entender o acirramento da segregação espacial nessas cidades. Por meio de levantamento bibliográfico, realização de trabalhos de campo e de entrevistas, revelaremos as contradições da produção do espaço urbano primaverense, esmiuçadas por meio de sua constituição como fronteira do capital e de mecanismos fundados em uma urbanização essencialmente sob o comando dos atuais “pioneiros enriquecidos” da cidade. Por fim, desvelaremos alguns dos elementos da reprodução das relações sociais da população mais pobre, usualmente obscurecidos em análises que enaltecem o “agronegócio” ou se perdem no agrário.*

Palavras-chave: urbano; agricultura capitalista; fronteira; segregação espacial; Primavera do Leste.

From the “city of agribusiness” to the “city as a business”: (re) establishing the urban in the debate

Abstract: *Several studies on the production of space in cities revitalized by capitalist agriculture are frequently carried out from the agricultural point of view. This article intends to shift the view generally taken in the studies of these cities, which emerge as the major producers of capitalist agriculture in the country. We begin our investigation with the study of the processes that manifest in the city of Primavera do Leste, located 240 kilometers from the capital of Mato Grosso. Established in the context of the expansion of the frontier of capital in the 1970s and 1980s towards the Brazilian Midwest, it emerges in the discourse today as one of the main “cities of agribusiness” in Mato Grosso. The concentration of land, power and capital is at the foundation of an urbanization controlled so far by a small group of those who have economic and political power. The production of this “captive city” generates an even greater difficulty for people with less income for access to housing and property, constituting one of the elements that has helped us understand the increasing spatial segregation in these cities. After a bibliographic survey, field research and interviews, we reveal the contradictions of the production of urban space in Primavera do Leste, detailed by its constitution as a frontier of capital and by mechanisms founded*

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo / Docente do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) liviageousp@gmail.com.

on an urbanization essentially under the control of the current “newly-rich pioneers” of the city. Finally, we will present some of the elements of the reproduction of the social relations of the poorer population in Primavera do Leste, one of the aspects usually overlooked in analyses that praise “agribusiness” or that are lost in the agriculture.

Keywords: *urban; capitalist agriculture; frontier; spatial segregation; Primavera do Leste.*

Introdução

Primavera do Leste, no sudeste mato-grossense e a 240 quilômetros da cidade de Cuiabá, foi implantada no contexto da expansão da fronteira do capital nas décadas de 1970 e 1980 em direção a regiões estrategicamente consideradas “vazios demográficos” no Cerrado e na Amazônia brasileira. A maioria das pesquisas sobre essas cidades cuja urbanização é atrelada mais fortemente à agricultura capitalista mecanizada, tal como Primavera do Leste, são, com frequência, realizados a partir do agrário. Tal abordagem, mesmo dentro do escopo do que poderíamos denominar de uma “Geografia Urbana”, tende a considerar o avanço da acumulação territorial do capital do centro-sul do Brasil rumo às regiões Centro-Oeste e Norte como uma expansão da “fronteira agrícola”, caracterizando essas cidades, sobretudo, como um suporte aos serviços e às infraestruturas demandados pelo “agronegócio”.

Nossa pesquisa pretende inverter a investigação geralmente empreendida nos estudos dessas cidades que despontam como grandes produtoras da agricultura capitalista (e, principalmente, de soja) do país. Avançamos no debate da produção acadêmica já realizada sobre estas cidades, (re) colocando o domínio do urbano nos processos da produção do espaço (e não no “agronegócio” ou na técnica). Relativizamos, assim, a importância da agricultura capitalista no processo de ocupação e produção dessas cidades, admitindo que os negócios com a propriedade privada da terra eram tão ou mais importantes do que aqueles com a soja.

O objetivo deste artigo é, a partir do urbano e de uma perspectiva crítica da produção do espaço, elucidar os fundamentos das contradições espaciais de Primavera do Leste. Para isso, é preciso considerar que Primavera do Leste já surge urbana, desde o início de sua elaboração e planejamento no final da década de 1970, e como um grande negócio. Desvendar tais contradições também nos ajuda a iluminar os atuais conflitos no uso do espaço – particularmente aqueles que envolvem o conflito entre o espaço da reprodução do capital e o espaço da reprodução da própria vida – e as especificidades do processo de segregação espacial primaverense.

O modo pelo qual a propriedade foi dominada e fracionada por grandes empresários do Centro-Sul brasileiro teve como consequência um acirramento da concentração de terra, de capital e de poder. O forte nó entre esses três elementos, pormenorizado nas obras de J. S. Martins (1994; 2010–) e uma das características fundantes da sociedade brasileira, ajuda-nos a explicar as contradições espaciais primaverenses. Esse intenso controle da terra, do capital e do poder, regido por poucas mãos no rápido processo de constituição da fronteira mato-grossense, também permite tecer caminhos para compreender o que essas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista apresentam de específico em relação aos aspectos mais gerais da urbanização brasileira.

Adotar a perspectiva crítica da produção do espaço, rompendo com dicotomias, evidencia as contradições engendradas pelo avanço da fronteira do capital e nos permite pensar a cidade além dos aspectos econômicos, enfatizando notadamente a realização da vida. Por meio de uma pesquisa alicerçada em levantamento bibliográfico, realização de trabalhos de campo e de entrevistas, aprofundaremos no final deste artigo o debate sobre a população expropriada das mínimas condições de sobrevivência em meio à riqueza gerada pelo “agronegócio”.

Desenvolvimento

Invertendo a perspectiva de análise

Ter o urbano como ponto de partida e a produção do espaço como fio condutor de nossas investigações traz necessariamente uma nova abordagem sobre a produção de cidades no contexto da expansão da fronteira do capital. Partimos da premissa de que o capital que foi direcionado para o que na década de 1980 se constituía como fronteira no sudeste mato-grossense é essencialmente urbano-industrial. Neste momento, os capitais excedentes do Centro-Sul brasileiro precisavam, conforme expõe Santos (2015), expandir-se territorialmente visando à sobrevivência das novas possibilidades de acumulação.

Essa fronteira do capital que se produzia na realidade brasileira no final do século XX era essencialmente urbana. Segundo Santos (2015), a urbanização era “condição, produto e conteúdo da dinâmica de expansão da fronteira”. Essa fronteira urbana não apenas precedeu a consolidação das propriedades destinadas, mesmo que parcialmente, à agricultura capitalista (a considerada “fronteira agrícola”), como se constituiu, como veremos, em um grande negócio. A maioria das cidades que nasceu deste contexto, como Primavera do Leste, foi idealizada e implantada a partir de uma lógica racional e empreendedora. As terras cercadas e dominadas neste momento eram as

terras “de negócio”, e não as terras “de trabalho” ou da “sobrevivência” – empregando terminologia de Martins (1997). Foram desde o início inseridas radicalmente no mundo da mercadoria e com a finalidade bem específica de possibilitarem uma maior acumulação de capital. Como elucidaram Oliveira (1997), Martins (1994; 1997) e Moreno (2007), o objetivo da expansão da fronteira do capital para o Centro-Oeste e Amazônia nunca foi, de fato, a expansão da produção agropecuária. As terras que eram dominadas na expansão da fronteira eram, sobretudo, terras para “reserva patrimonial” e “reserva de valor”, utilizadas por capitalistas principalmente para especulação e obtenção de incentivos fiscais – os quais eram abundantes durante o regime militar brasileiro nos programas de incentivos à ocupação da Amazônia Legal. De acordo com Moreno (2007, p. 180), “a terra, como uma mercadoria qualquer foi utilizada como principal atrativo para despertar o interesse dos empresários do sul e do sudeste do país”.

Considerar a fronteira que se produzia neste momento como “agrícola” ou da “técnica” contribui, inclusive, para ocultar o que Martins (2010) denomina de “caráter rentista” da sociedade brasileira. Tratava-se, em essência, não da produção agropecuária, mas propriamente da “produção de fazendas” – segundo expressão de Martins (1997) –, as quais, conforme eram loteadas, configuravam uma estratégica e rentável “produção de cidades”. Assim, a mercadoria que atraía grandes investidores naquele momento de expansão da fronteira do Centro-Oeste, e especificamente do caso de nosso estudo do sudeste de Mato Grosso, era a própria terra e a possibilidade de realização da renda capitalista fundiária.

Dominar privadamente extensas porções de terras – geralmente a preços irrisórios e adquiridas por meio de incentivos fiscais ou dos mais variados mecanismos de burla e de grilagem, como detalham Moreno (2007) e Oliveira (1997) – e, posteriormente, fragmentá-las e loteá-las, implantando cidades era, em si e ao menos nos anos iniciais de ocupação da fronteira, uma atividade possivelmente mais rentável do que a própria soja (cuja produção depende de grandes investimentos de capital para aquisição de insumos e maquinário).

Os fundamentos e as contradições da produção do espaço dessas “cidades sem infância” – conforme expressão de Martins (1993) – podem ser, neste sentido, melhor iluminados a partir do urbano. Segundo Oliveira (1997), o aumento do preço médio do hectare dos primeiros anos da ocupação de Primavera do Leste chegou a dois mil por cento, o que nos dá a dimensão de que a “invenção” e “produção” de cidades eram extremamente rentáveis aos denominados “pioneiros” – termo utilizado entre aspas neste texto por desconsiderar as populações que habitavam antes esses espaços que se produziam como fronteira. A produção destas cidades e os grandes projetos

de colonização em direção ao Mato Grosso permitiam a realização rentista da renda capitalista da terra. A colonização era, neste sentido, um “grande negócio econômico” (MORENO, 2007, p. 179) e “lócus da produção do capital” (OLIVEIRA, p. 331).

Na perspectiva crítica da produção do espaço que adotamos, não cabe, portanto, denominar as cidades hoje vinculadas de modo mais intenso à agricultura capitalista mecanizada de “cidades do campo” (SANTOS, 2008) ou de “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006), uma vez que passam a ser definidas por um aspecto econômico hegemônico e que lhe é externo. É necessário, desta forma, repensar o modo pelo qual se lê a relação campo e cidade ou, mais precisamente, entre o agrário e o urbano. Há mais que apenas uma interdependência – caminho de investigação que, inclusive, pode incorrer em dicotomias. Para analisar de modo mais detalhado essa “colagem” entre agrário e urbano, retomamos o que foi defendido por Lefebvre (2004; 2006). O autor destaca (2006, p. 69) que a “relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção”, de modo que atualmente “a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o”.

Como aprofunda no livro “A Revolução Urbana” (2006, p. 15), publicado pela primeira vez em 1970, em relação à sociedade de meados do século XX e tendo como ponto de partida a realidade francesa, haveria, como tendência, a urbanização completa da sociedade em processo denominado por meio do conceito de “sociedade urbana”. Esta sociedade nasceria da industrialização, processo que, segundo o autor, “domina e absorve a produção agrícola” (2006, p. 15). Tal como destaca, isto não significa que o processo de urbanização alcance da mesma forma todos os locais ou que o campo deixe de existir.

Lefebvre afirma que a sociedade urbana se apresentaria como virtual em um processo cuja constituição conta com continuidades e descontinuidades. É uma sociedade “hoje virtual, amanhã real” (2004, p. 15) e que vai rompendo com as amarras impostas pela indústria. A sociedade urbana altera, em sua formação, as relações do campo por meio da expansão do “tecido urbano”. Segundo Lefebvre (2004, p. 17), o tecido urbano “prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”, referindo-se ao “conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. A expansão de um modo de vida propriamente urbano (embora com resquícios da racionalidade industrial e de modo desigual no tempo e no espaço) é um processo chave para compreendermos a urbanização completa da sociedade.

Prenunciada por Lefebvre há quase cinco décadas como “virtualidade”, a “urbanização completa da sociedade” hoje já está colocada (mesmo que criticamente). Haveria, segundo Brenner (2014),

uma “urbanização planetária”, a qual nos traz desafios para pensarmos os processos constitutivos da produção do espaço urbano, abandonando necessariamente dicotomias entre campo-cidade, rural e urbano. Diante de uma “sociedade urbana” e de novos processos redimensionados do urbano, concordamos com Brenner (2014) de que é preciso uma teoria do urbano que não seja preenchida de um “lado de fora”, de um “não-urbano”.

A separação entre “urbano” e “não urbano” criaria, neste sentido, obstáculos para a compreensão dos processos de urbanização e das contradições dessas cidades em parte atreladas à agricultura capitalista. Assim, diante de uma nova realidade concreta de “colagem” de agrário/urbano, cidade/campo, cabe debatermos e caminharmos em direção a uma nova teoria que também rompa com dicotomias e considere a extensão do tecido urbano para a totalidade das relações espaciais.

A fronteira do capital e uma cidade como negócio

Primavera do Leste foi, desde o início de sua concepção e implantação, pensada como um grande empreendimento. Sua ocupação como resultado de um projeto iniciou-se no final dos anos 1970 no bojo da expansão da fronteira do capital. Neste momento, capitais centralizados no Sudeste e Sul do Brasil direcionavam-se para o Centro-Oeste e Norte, em uma expansão da fronteira econômica realizada em benefício majoritário de grandes grupos empresariais e de capitais estrangeiros.

A expansão da fronteira ocorria marcada pela “modernização conservadora”, sendo caracterizada pela concentração fundiária e pelos mais diversos arcaísmos: como o caráter rentista da propriedade privada da terra e a necessidade de mecanismos vinculados propriamente à produção de capital – como detalha Martins (1994), baseados em práticas como a escravidão por dívida e a grilagem de terras. Pesados investimentos do governo federal permitiram que capitalistas se transformassem também em proprietários (no geral, em latifundiários), firmando os laços do casamento entre terra e capital estabelecidos desde a Lei de Terras de 1850.

A partir da década de 1970, e por meio de diversas políticas territoriais de ocupação, o regime militar brasileiro passa a patrocinar de forma mais intensa o acesso à terra na Amazônia Legal aos grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 1997). Segundo Oliveira (1997), esses grupos, ao investirem na fronteira, tinham como objetivo primordial a isenção fiscal, e não o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária. Neste sentido, Moreno (2007) e Oliveira (1997) ressaltam diversos projetos de colonização pública e privada que foram, intencionalmente,

malsucedidos. E Martins (1997) salienta a contradição presente no discurso de ocupar a Amazônia Legal com uma das atividades que menos necessita de mão-de-obra (a pecuária).

A implantação de Primavera foi resultado justamente desses incentivos fiscais do governo federal para a ocupação da Amazônia Legal. Em 1971, Edgar Cosentino, considerado pelos primaverenses como um dos principais “pioneiros” da cidade, formou a empresa “Primavera do Oeste”. Composta por um grupo de empresários paulistas ligados à indústria automobilística e ao setor sucroalcooleiro, tinha como objetivo desenvolver um projeto agropecuário fomentado pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Rumo à Primavera do Leste e a outros espaços da Amazônia Legal, grandes empresários expandiam, com recursos próprios e também fortemente subsidiados pelo Estado, a fronteira do capital.

Por meio de trabalhos de campo e de entrevistas, afirmamos que grande parte de quem chegava à Primavera do Leste tinha conhecimento de como investir e como plantar em grande escala. Na década de 1980 a agricultura capitalista de Primavera era realizada com maquinário – inicialmente, de modo mais significativo, na plantação de arroz, que “preparava o solo” para a soja – e na década de 1990 Primavera era uma das principais produtoras de soja de Mato Grosso. Neste contexto, não deixamos de considerar a existência e a relevância da agricultura capitalista tanto nesse momento de ocupação da fronteira quanto atualmente. É preciso, contudo, relativizar sua importância, refletindo sobre os negócios com a própria terra, especificamente sobre a propriedade privada e sobre a renda capitalista fundiária.

Como podemos notar por meio dos “pioneiros” que chegavam à região de Primavera do Leste a partir da década de 1970, reforçava-se o imbricamento entre terra, poder e capital, cuja articulação nessas cidades em parte articuladas à agricultura capitalista é também elucidada brevemente por Volochko (2015). As dinâmicas da terra – e especificamente de sua propriedade privada – são em grande medida determinadas pelas articulações entre o poder econômico e o político. Neste contexto, como detalha Moreno (2007), o processo de ocupação de terras em Mato Grosso teve a particularidade de privilegiar categoricamente a monopolização da propriedade privada da terra, apresentando um complexo aparato jurídico e político que viabilizou mecanismos de burla e corrupção, favorecendo interesses dos setores hegemônicos econômicos e políticos.

Muitas das famílias no processo de ocupação de Primavera do Leste já detinham significativo poder econômico e político e puderam acumular ainda mais terra e capital. Aumentaram também seu poder, em uma sociedade que, como elucida Martins (1994), tem o público atravessado pelo

privado. A dominação e ocupação da terra – em Primavera e em parcela expressiva de Mato Grosso e do Brasil – manteve e fortaleceu os privilégios econômicos e políticos de oligarquias, permitindo, sempre com colaboração do Estado, que grandes empresários fossem também proprietários e participassem do jogo político.

O projeto “Cidade Primavera”, idealizado por Cosentino, foi implantando em 205 hectares dos 1.100 de uma fazenda adquirida por ele em 1972. Foi empreendido com recursos próprios da Colonizadora Cosentino (Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016), responsável, até o momento de emancipação política da cidade em 1986, por uma série de investimentos e implantação de obras de infraestrutura. Como afirma Arruda (2007), em relação às cidades de Mato Grosso implantadas no contexto da expansão da fronteira do capital, as obras de infraestrutura deixam de ser realizadas pelas colonizadoras e passam a ser empreendidas pelo Estado apenas com a consolidação da ocupação e emancipação do município. De acordo com a autora (2007), embora a gestão urbana passe a ser realizada pelo poder público municipal, as colonizadoras, agora sob a forma de imobiliárias ou de incorporadoras, continuam com influência na produção do espaço dessas cidades, tendo como objetivo “garantir os interesses mercantis, presentes desde o processo inicial de implantação do estabelecimento até os dias atuais, na comercialização dos lotes urbanos e rurais” (ARRUDA, 2007, p. 129).

Primavera do Leste nasce urbana. Se por um lado era preciso realizar o projeto “Cidade Primavera” para garantir a reprodução dos capitais urbano-industriais do Centro-Sul do Brasil, inclusive por meio dos projetos agrários previstos para a região, por outro, os negócios da urbanização transformar-se-iam em tão ou mais relevantes do que as próprias atividades voltadas à produção, armazenamento, beneficiamento ou comercialização de grãos. Neste sentido, o poder que as colonizadoras privadas adquiriram no decorrer do processo de ocupação destas cidades esteve longe de se extinguir com as emancipações político-administrativas de grande parte dos municípios mato-grossenses a partir da década de 1980.

A dominação privada de grandes propriedades nas mãos de grupos empresariais e a manipulação da renda fundiária estabelecidos neste momento de ocupação da fronteira do Sudeste mato-grossense estão nos fundamentos das contradições da produção do espaço primaverense. A cidade surgiu de uma única fazenda de um único dono. Ainda hoje a Imobiliária e Incorporadora Cosentino, antiga Colonizadora, detém importante parcela dos imóveis ou terrenos para aluguel ou venda, controlando a expansão ou implantação de loteamentos juntamente com outras poucas

construtoras e incorporadoras cujos donos ainda são, em sua maioria, das famílias “pioneiras” no processo de ocupação primaverense.

Cidade cativa e a segregação espacial

É por meio da compreensão da dominação de extensas propriedades, realizada a partir do avanço da fronteira do capital e empreendida por poucos e poderosos grupos privados a partir de uma concentração de terra, de poder e de capital, que aprofundaremos alguns dos aspectos relacionados a uma “urbanização oligopolista”. Esse termo foi empregado por Volochko (2015) a respeito das cidades vinculadas mais intensamente à agricultura capitalista mecanizada e se refere a uma urbanização controlada por um pequeno grupo de detentores do poder econômico e político. Nesta urbanização oligopolista, há um maior controle sobre a propriedade privada, ainda hoje predominantemente realizado pelas famílias e grupos que chegaram no início da expansão da fronteira, gerando um maior domínio na abertura de loteamentos, no tamanho e no preço dos lotes e imóveis. Na figura 1, pode-se claramente notar que as mesmas famílias (representadas cada uma por uma cor) detêm grande parte das terras ocupadas ou com loteamentos abertos no núcleo urbano já consolidado.

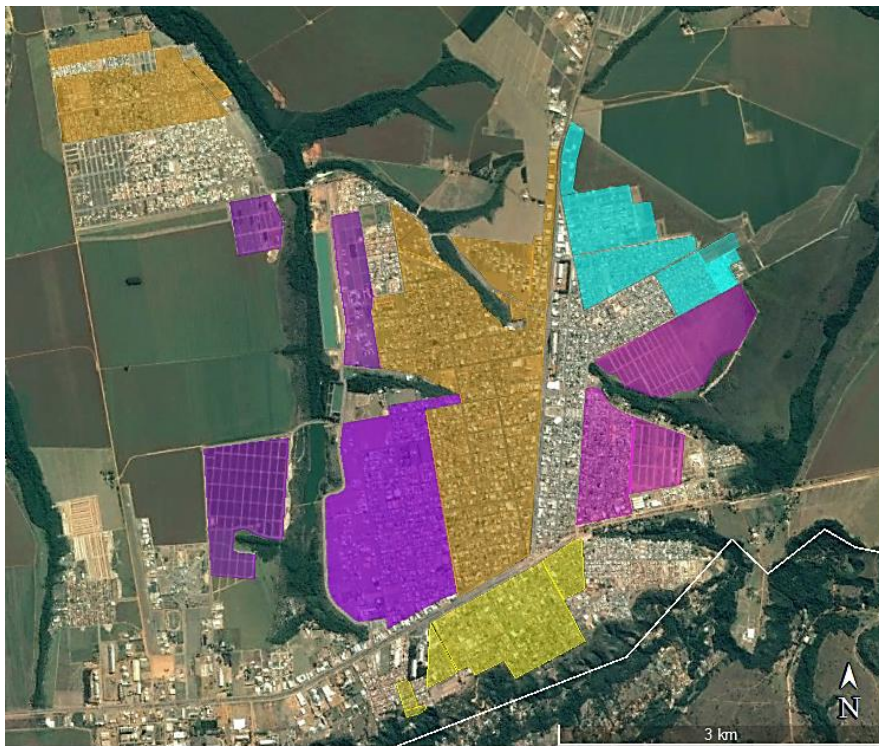


Figura 1: Urbanização oligopolista em Primavera do Leste – MT.

Elaborado por meio do software Google Earth Pro, março de 2016. Cada cor representa parcelas do espaço dominados pela mesma família pioneira. Este mapa apresenta generalizações, uma vez que muitos terrenos e imóveis já foram vendidos para terceiros.

Dessa forma, como estamos procurando investigar e expor, a expansão dos loteamentos e o próprio planejamento urbano são ditados por poucas famílias desde o início da ocupação da cidade. Esses “pioneiros” empregam diversas táticas para manipular a renda capitalista da terra e controlar a valorização do solo urbano, como a doação de terrenos e a abertura gradual de novos loteamentos. A dominação e a concentração fundiárias de Primavera do Leste ocorreram à medida que fazendas eram loteadas para a criação e expansão do núcleo urbano. Assim, os mesmos “donos” dos latifúndios sem uso produtivo ou ocupados parcialmente pela sojicultura são também “donos” dos terrenos no núcleo urbano ou próximo dele (aguardando a expansão da mancha urbana e o parcelamento dos lotes). Neste sentido, a constituição da “terra cativa” – utilizando expressão de Martins (1994) – no decorrer da ocupação da região de Primavera trouxe em seu bojo a produção do que denominamos de “cidade cativa”.

Preenchida dos arcaísmos da questão agrária brasileira – dentre eles, a concentração de terras e a preponderância de terras improdutivas de finalidade rentista – a cidade cativa tem como consequência uma lógica fundiária excludente e exclusivista: nem todos podem ter acesso à propriedade, o que, na sociedade capitalista, tende a determinar o próprio acesso à cidade. Da mesma forma, a propriedade e a cidade passam a ser, como tendência, privilégio somente das classes de maior poder aquisitivo. A cidade cativa é uma cidade que tem dono. No caso de Primavera do Leste e de seu processo de urbanização oligopolista, são, como vimos, alguns poucos donos: proprietários, homens, brancos e oriundos do Centro-Sul brasileiro.

Esse controle dos donos sobre a cidade vai além do controle sobre a propriedade, embora a tenha como fundamento, envolvendo demais dimensões. Está na própria determinação e escolha do traçado da cidade, com a imposição de um espaço abstrato e funcional, contribuindo para a programação no tempo e no espaço das atividades da vida urbana. Também envolve aspectos ligados ao próprio cotidiano e que foram sendo delineados ao longo do processo de ocupação de Primavera pelos “donos” e pelas demais famílias “pioneiras”. A cidade cativa está, neste sentido, igualmente no que é valorado em relação à cultura e à perspectiva de vida e de trabalho (atrelados à ideia de que, nestas cidades e para todos, é possível enriquecer somente pelo esforço e capacidade de trabalho). Também se manifesta no preconceito – ora velado, ora explícito – em relação aos indígenas ou nordestinos, ou ainda na própria fala dos moradores: muitos afirmam com naturalidade e, inclusive, com leve orgulho: “este bairro é todo da família [sobrenome da

família]”; “este empreendimento é dos [sobrenome da família]”; “esta parte da cidade é dos [sobrenome da família]”.

A noção de cidade cativa também permite problematizar a imbricação entre o público e privado, uma das características da sociedade brasileira como destaca Martins (1994). A cidade, produzida socialmente (embora na sociedade capitalista seja dominada privadamente) e que é pública, tem seu aspecto privado reforçado. O trinômio terra-poder-capital nos explica não somente o fato de que muitos “pioneiros” dessas cidades sejam hoje prefeitos ou ocupem cargos públicos, mas também o fato de que, no caso de Primavera, um dos pioneiros tenha afirmado que não precisava cargo algum, “já que tinha a mão dele em tudo [toda cidade]”. Nesse sentido, a cidade cativa, produzida a partir da concentração de terra, de poder e de capital em poucas mãos, reproduz os diversos mecanismos de dominação de cada um desses elementos, de forma articulada, garantindo que estejam no controle sempre dos mesmos grupos.

Assim, a dominação capitalista da propriedade privada, iniciada com o avanço da fronteira do capital e ocupação do que seria Primavera do Leste, trouxe profundas consequências ao processo de urbanização e às relações concretas da vida cotidiana. O lado mais perverso da cidade cativa se manifesta na população expropriada das mínimas condições de sobrevivência que mora nas periferias ou em favelas. Revela-se também nos moradores de rua, que em Primavera do Leste com frequência são expulsos (segundo relatos, em ônibus que passam de madrugada e que são da própria Prefeitura) para as cidades vizinhas. Essa parcela mais pobre da população não é considerada bem-vinda pelos “donos” da cidade ou por aqueles que passam, por se inserirem em determinados padrões (sobretudo, por serem ricos e brancos), a ter a “legitimidade” para morar e pertencer à cidade.

A “cidade cativa” gera uma dificuldade ainda maior para o acesso das pessoas de menor renda à moradia e à propriedade, constituindo-se em um dos elementos que nos ajudam a entender o acirramento da segregação espacial nessas cidades que aparecem, no discurso, como “vitrines do agronegócio”. Para Volochko (2013, p. 33), nas cidades articuladas mais fortemente à agricultura capitalista “há a produção controlada e planejada de guetos pobres geralmente à margem da rodovia e/ou nos extremos da cidade, ligados a uma população ‘tolerada’ enquanto prestadora de serviços básicos (...)”. As periferias nessas cidades contam com um controle e um planejamento mais forte por parte do Estado, abrigando uma “pobreza tolerada” apenas como mão de obra barata, em determinados locais e horários – em usos do espaço e do tempo controlados e vigiados.

Na medida em que os novos loteamentos em Primavera já são entregues com infraestruturas, há uma valorização ainda maior dos terrenos e imóveis, o que tende a dificultar mais o acesso da população mais pobre a um local para morar: mesmo que na periferia e mesmo que provisoriamente. Há mil e duzentas casas do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida que compõem esta periferia “controlada” em Primavera do Leste, em conjuntos habitacionais nos loteamentos de Primavera III e Tuiuiú (figura 2). Localizados respectivamente a 8 km e 6 km do centro, não estão próximos dos serviços e infraestruturas urbanos, além de contarem com um transporte público precário (com linhas de ônibus oferecidas a cada hora nos horários de pico da ida e volta do trabalho, sendo ainda mais esporádicas à noite ou aos finais de semana). A maior parte das casas nesses conjuntos foi destinada a pessoas cuja renda familiar mensal era de até 2 salários mínimos, o que nos indica uma grande demanda pelo financiamento habitacional.



Figura 2: Residencial Guterres, no bairro Tuiuiu, Primavera do Leste – MT.
Casas em fase de acabamento no Residencial Guterres, financiado pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida. Foto do autor. 27 nov. 2015.

Esses conjuntos habitacionais nas periferias constituem-se contraditoriamente em um espaço estratégico: ao mesmo tempo em que o Estado garante que parte da população incluída precariamente na dinâmica da agricultura capitalista tenha onde morar, também são asseguradas as condições para existência dessa pobreza escondida e funcional à reprodução capitalista, em um espaço vigiado e delimitado. Ambos os conjuntos habitacionais em Primavera III e Tuiuiú foram empreendidos em propriedades que pertenciam às famílias “pioneiras”: nesse processo, elas auferiram montante significativo de renda fundiária ao venderem uma grande quantidade de lotes e terrenos incorporados ao núcleo urbano.

Há ainda cerca de 90 famílias que vivem em condições precárias às margens da BR-070, uma das rodovias que atravessa a cidade (figura 3). No geral, as casas são construídas com madeira,

papelão e lona. Esses moradores em sua maioria são migrantes de Alagoas ou Maranhão, desempregados ou trabalhando sem vínculo formal. As estruturas da questão agrária brasileira explicam a expropriação pelas condições de trabalho e ausência das possibilidades de sobrevivência desses migrantes em seus estados de origem, assim como as dificuldades para se inserirem, mesmo que precariamente, na dinâmica da agricultura capitalista mato-grossense.



Figura 3: Favela lindeira à rodovia BR-070, em Primavera do Leste – MT.
Trecho da favela ao sul da rodovia BR-070, em Primavera do Leste. Observam-se casas de lona e papelão, sem infraestrutura de fornecimento de energia elétrica ou saneamento básico. Foto da autora. 09 de out. 2015

Em Primavera do Leste, procuram com inúmeras dificuldades romper com este processo. Nota-se aqui um aspecto contraditório da reprodução do capital: muitos desses moradores da BR-070 ou dos conjuntos habitacionais nos loteamentos Primavera III e Tuiuiú trabalham em atividades ligadas direta ou indiretamente à agricultura capitalista, exercendo trabalho braçal e mal remunerado em secadoras de sementes e armazéns ou na limpeza de máquinas. É também comum a força de trabalho masculina ser destinada à construção civil e a feminina às atividades de limpeza e faxina, tanto em serviços domésticos como em empresas. Esses trabalhadores submetem-se a jornadas exaustivas de trabalho e a horários noturnos (como no caso da Granja Mantiqueira, na qual há um turno das 3 às 9 horas da manhã). Também foram frequentes, em nossas entrevistas, relatos de descumprimento à legislação trabalhista, inclusive com dois casos de mulheres que trabalhavam limpando armazéns próximos em troca de comida para os filhos. As famílias da favela da BR enfrentam dificuldades para obtenção de: água (adquirida por meio de poços já secando ou então do outro lado da rodovia em obras, sendo carregada várias vezes ao dia em baldes), energia (com instalações improvisadas ou cobrança de preços abusivos para obter

energia das proximidades) e, inclusive, de comida (com frequência, observam-se crianças pedindo comida nas casas e nos mercados do bairro). Existe, por fim, risco de desmoronamento e inundações – devido à própria infraestrutura e localização das casas – e de atropelamentos ou capotamento de caminhões dada a proximidade com a rodovia.

Considerações Finais

O discurso de “cidade planejada” e “vitrine” de um “agronegócio” que geraria riqueza contribui para ocultar as consequências da produção de um espaço homogêneo e produtivo. A urbanização oligopolista nesta cidade cativa apenas se realiza pela desigualdade e pela segregação – resultado, em uma sociedade de classes, do acesso à propriedade privada e fundada na produção social do espaço urbano e em sua dominação privada. Se a desigualdade e a segregação são inerentes à produção do espaço capitalista, permitindo refletir sobre o que há em comum entre as mais diversas cidades, esse maior controle da propriedade em cidades como Primavera nos indica caminhos para compreender o que elas apresentam de específico em relação aos traços mais gerais da urbanização brasileira.

Nossa investigação procurou romper com dicotomia rural - urbano, campo - cidade, contribuindo para uma dimensão ainda pouco estudada dessas cidades e ressaltando elementos que mostram que a implantação de Primavera do Leste foi, em si, um grande negócio.

Assim, lançamos um novo olhar à produção do espaço do que outras perspectivas teóricas denominam de “cidade do agronegócio”, relativizando o atrelamento direto entre o agrário e os processos de urbanização. Para além dos processos de tecnificação e mundialização ligados à produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização da soja ou demais commodities, cabe investigar a pobreza necessária e pouco vista (pelos moradores e pelos pesquisadores) que a ideologia do “agronegócio” procura esconder. Finalizamos este artigo destacando o caráter rentista e fundado na concentração fundiária da questão agrária brasileira, com consequências profundas para a sociedade como um todo – não apenas “porteira adentro” ou “porteira fora”.

Referências

ARRUDA, Z. A. de. **Onde está o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio.** Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Ciências), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

BRENNER, N. Urban theory without and outside. In: BRENNER, N. (Ed). **Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization.** Berlim: Jovis, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE. **História de Primavera do Leste**. Disponível em <<http://camarapva.com.br/livro.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2016.

ELIAS, D. “Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil”. **Scripta Nova**. Barcelona/Espanha, 2006, v. 1. pp. 59-81.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte; Humanitas, 2004.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, S. M. M. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana), Universidade de São Paulo.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso: Políticas e Mecanismos de Burla 1892 - 1992**. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 495f. Tese (Livres – Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, C. R. S. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: PPGH – USP/FAPESP/ Annablume, 2015.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

VOLOCHKO, D. “Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso”. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n.16, p. 18-38, 2013.

VOLOCHKO, D. “Terra, poder e capital em Nova Mutum – MT: elementos para o debate da produção do espaço nas ‘cidades do agronegócio’”. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 35, p. 40-67, 2015.